

Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas*

Davi Félix Schreiner**

Resumo: O artigo analisa dimensões do processo de migração de trabalhadores sem-terra, do Oeste e Sudoeste do Paraná, durante os anos 1980, para projetos de colonização. A migração rural constituiu uma estratégia social de reprodução das unidades familiares e de seus modos de vida no campo. Ao mesmo tempo, as experiências de deslocamentos e o cotidiano vivido em projetos de colonização (de choques culturais, de precariedade material, de sujeição e de exploração) engendram a resistência à migração, uma identidade política no fazer-se de um movimento social (o MST), com estratégias coletivas de luta pela terra e pela reforma agrária. Esse processo evidencia representações sociais da terra, articuladas aos modos de vida dos camponeses e às suas práticas políticas.

Palavras-Chave: Migração. Sem-terra. MST.

1. Deslocamentos...

Em meio às sacolas de comida e outros pertences, os migrantes levaram um violão, para animar um pouco a longa viagem de seis dias até a cidade de Apuí, a uma distância de 4.200 km de Francisco Beltrão. Cada família recebeu certa quantidade de alimentos básicos para serem consumidos durante a viagem.¹

Esse fragmento, de uma reportagem do Jornal Folha de Londrina, aborda o deslocamento de famílias sem-terra para a Amazônia, em agosto de 1983, oriundas de Francisco Beltrão, município localizado no Sudoeste do Estado do Paraná. As famílias não tinham muito para levar. Recebiam uma porção de alimentos, mas sabiam que deveriam economizar para suportar a longa viagem e o início da “lida” na nova terra. Quase tudo que possuíam cabia em sacolas e bolsas, essas mais conhecidas como “sacos de estopa”, usados para armazenar e para transportar cereais ou ração para animais. Nelas acomodavam alimentos para a longa viagem, panelas, sementes, roupas e ferramentas para o trabalho árduo na terra prometida pelo governo federal em projetos de colonização. A política do governo federal, de transferir trabalhadores sem terra para outras regiões, visava

Abstract: This article analyzes the dimensions of the migration process of the landless workers, from the West and Southwest of the Paraná state, during the 1980s, for settling projects. Migrating constituted a social strategy of reproduction of the familiar unit and their way of life. At the same time, the displacements experiences and the daily settling life projects (such as cultural shocks, material precariousness, subjection and exploration), produce the resistance to the migration, a political identity towards a social movement (the MST), with collective strategies of fight for the land and agrarian reform. This process evidences social representations of the land, articulated to the ways of the peasants life and their practical politics.

Key words: Migration. Landless. MST.

minimizar os conflitos pela terra, evitando um fenômeno mais amplo de luta pela reforma agrária.

Na prática, do Estatuto da Terra, de 1964, o governo “engavetou” a política de reforma agrária a ser feita mediante desapropriação de propriedades improdutivas, e optou pelos projetos de colonização. Assim, procurou evitar a ampliação dos conflitos por terra, transferindo milhares de trabalhadores para as regiões Norte e Centro-Oeste do país, que, em condições de vida e de trabalho precários, de sujeição e de exploração, abriram novas áreas para a agropecuária, nas chamadas de “novas fronteiras agrícolas”.²

Para além da política governamental de indução do processo migratório, a meu ver, a decisão de migrar está, porém, também relacionada aos sujeitos. Migrar para outras áreas rurais faz parte de uma decisão social dos trabalhadores, cujo objetivo é a reprodução das unidades familiares e de seus modos de vida no campo. A realização desse objetivo, para as famílias anteriormente mencionadas, implicou poucas possibilidades de escolha diante das mudanças em andamento no campo.

A mecanização das lavouras, a opção pela monocultura, a substituição de cultivos, entre os quais o do café pela pecuária, o financiamento governamental

¹Esse texto foi apresentado durante o *Colóquio Internacional Migrações e outros deslocamentos no Oeste do Paraná e na Argentina*, promovido pela Linha de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades – Mestrado em História, ocorrido em abril de 2008 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Mal. Cândido Rondon.

²Doutor em História pelo Programa de História Social da USP, professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Mestrado em História da Unioeste. E-mail: davi@unioeste.br.

³Jornal Folha de Londrina. *Sem-terra vão para a Amazônia*. Londrina, 5 de agosto de 1983. p. 7.

⁴Sobre colonização e migração ver LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005., SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993., BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

para produtos de exportação, como a soja, engendraram o desemprego e a expulsão de milhares de famílias de trabalhadores (peões de fazendas, agregados, arrendatários, pequenos agricultores e posseiros). Dimensões mais amplas desse processo, bem como as que estão relacionadas aos sujeitos e às suas decisões, denominadas aqui de estratégias sociais,³ podem ser interpretadas a partir das próprias narrativas dos trabalhadores sem-terra migrantes e da publicidade dadas às mesmas.

Dias após a viagem daquelas 283 famílias, em 18 de agosto de 1983, o jornal Folha de Londrina, a partir da manchete *A grande fuga dos sem-terra* passou a dar maior amplitude ao deslocamento de populações rurais da região Oeste e Sudoeste do Estado. Do jornalista Paulo Pegoraro, a reportagem faz parte de uma série de artigos sobre conflitos de terra, sobre reforma agrária e sobre a política de colonização, esta última empreendida pelos governos federal e estadual, e a mudança de trabalhadores sem-terra e pequenos agricultores para o Norte e Centro-Oeste do país. O conjunto das reportagens dá tom ao debate que se travou nos meios de comunicação sobre a política de colonização.

Aos sem-terra paranaenses, ao que parece, são estas as opções: invadir fazendas ou migrar para a região amazônica. Os que optam pela primeira sofrem os rigores da lei que protege a propriedade – e, às vezes, injustamente, os latifúndios improdutivos – e sofrem ou perdem a vida nas mãos de vigilantes, capatazes ou jagunços, armados pelos fazendeiros. A todos, os que optam pela primeira ou pela segunda opção, move o desejo de ser proprietário de um pedaço de terra, de trabalhar para comer, mesmo arriscando a vida ao invadir uma fazenda, aqui, ou submeter-se às dificuldades naturais de regiões em desenvolvimento, como a Amazônia. Só que, no último caso, é possível o sonho da terra própria, sem o risco direto da vida.⁴ (grifos meus).

O repórter evidencia, com propriedade, o objetivo dos que vão e dos ficam. O que os move é a conquista da terra para nela trabalhar com a família, elemento central na ética camponesa.⁵ Ocorre, porém, que, não obstante o articulista aponte a migração como opção mais viável para os sem-terra, supostamente por oferecer menos riscos diretos à vida (opinião que carece de evidências materiais), a proposta de rumar para projetos de colonização já não mais convencia parte dos trabalhadores sem-terra.

Os trabalhadores, nos anos que se seguiram, recusaram realizar a migração, ousaram desafiar, de

forma contínua e crescente, a violência e a repressão militar e, não raras vezes, enfrentaram os jagunços e ocuparam terras improdutivas nas regiões onde viviam. Durante esse tempo, dimensionado pelas tensões e pelos conflitos, em que se aglutinaram, levou à formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), num encontro que reuniu trabalhadores de 12 Estados do país, em 1984, no município de Cascavel, no Estado do Paraná.

Desse modo, os sem-terra não surgiram na cena como sujeitos prontos, como categoria sociopolítica dada, através da criação do MST. A própria expressão “sem-terra” tem uma história e precisa ser compreendida na sua historicidade.

A condição (individual) de **sem (a) terra**, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo que não possui terra de trabalho, No Brasil, a luta pela terra e mais recentemente a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do s na flexão do número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje consagrada à expressão **os sem-terra**. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que a transformou em nome próprio, e a projeta para além de si mesma.⁶

Há que se observar, como se verá mais adiante, que os próprios trabalhadores elaboram uma identidade coletiva ao se autodenominarem e se reconhecerem como “os sem terra”. Ou seja, embora não se discorde da autora quanto ao que se criou na língua portuguesa, possibilitando uma designação coletiva, entendo que a identidade social coletiva se engendrou, ao mesmo tempo, no processo da luta e como expressão própria dos trabalhadores ao se reconhecerem numa mesma situação de expropriação e de luta. Eles se autoidentificaram: “Somos sem-terra do Paraná organizados.”⁷

Todavia, são identidades sociais diversas que se imbricam na formação desta identidade social mais ampla (os sem-terra), mas que não é homogênea. A base social do MST é heterogênea do ponto de vista das categorias que o constituem (pequenos agricultores,

³Cf. ARRACCA, Norma et alii. Trabajos e identidades em tránsito. Los trabajadores rurales tucumanos em la fruticultura valletana. In.: _____. *El campo argentino em la encruzijada*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2005. p. 225-250.

⁴PEGORARO, Paulo. A grande fuga dos sem-terra. In: *Jornal Folha de Londrina*. Londrina, 18/8/1983. p. 23.

⁵Ver WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral. *Série Antropologia n. 69*. Brasília: UNB, 1990. Mimeo.

⁶CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 17.

⁷MST/PR. Comissão dos acampados. *Carta às autoridades e à população*. Curitiba, 5/11/1985.

filhos de pequenos proprietários, trabalhadores urbanos e rurais de uma até duas gerações, a maioria dos quais nunca chegou a ser proprietário de terra.), bem como distintas são as trajetórias de vida das famílias que optam pela luta em acampamentos e por meio de ocupações. São, porém, trabalhadores que possuem experiências semelhantes, entre as quais a migração e as situações de trabalho muito difíceis.

Essa configuração social e a afirmação, recorrente em estudos sobre o modo de vida e os deslocamentos de populações rurais, de que o campesinato brasileiro é migrante, impõem uma questão central a ser explicitada, qual seja: – Como se engendrou a resistência à migração e a luta coletiva pela terra por meio de ocupações de propriedades improdutivas? Esta questão, a meu ver, só pode ser entendida ao se voltar o olhar para os processos de migração e para as condições vividas nos projetos de colonização e, ao mesmo tempo, para os interesses que levaram os trabalhadores a articular estratégias coletivas de luta.

No que se refere aos processos migratórios, é preciso observar que o deslocamento dos caboclos como dos colonos do Sul do país resultaram, sobretudo, da expansão da propriedade capitalista sobre a terra. Expropriados, os camponeses migraram por conta própria e ou com incentivos de programas do Estado, para novas áreas, onde, via de regra, retornaram à terra. Na nova realidade, porém, sua permanência nela, por diversas razões, nem sempre foi duradoura.

Do lado do meu pai polonês, meus avós eram europeus, vieram da Polônia. Minha mãe era cabocla mesmo, bem mais pra índio. Vieram do Rio Grande do Sul morar na divisa do Paraná com Santa Catarina, em Porto União. Foram pra São Paulo. Meu avô faleceu lá, de malária. Depois meu pai veio morar de novo no Paraná, isso nos anos 50. Estrada não tinha, a estrada era o Rio Iguazu. A família trabalhava como pequeno proprietário. Em 1986 fui pro Mato Grosso. Em 1993 eu voltei trabalhar de arrendatário com meu pai.⁸

No fragmento, Lucindo Sviftalski descreve a trajetória migrante de sua família, objetivando a produção das condições materiais de vida no campo. A exemplo dessa narrativa, as entrevistas que realizei com trabalhadores rurais permitem concluir que a migração de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Paraná (entre 1940 e 1960), e recentes levas de famílias migrantes (sobretudo a partir dos anos 1980), destes três Estados para o Centro-Oeste e Norte do país, foi adotada pelos agricultores sem terra ou com pouca terra porque viram nela a condição de reprodução social em melhores condições.

As pessoas se deslocam segundo as possibilidades abertas pelo contexto socioeconômico de seu tempo. Se há melhores condições no campo, mesmo que em outras regiões, então se deslocam para lá. Além disso, como tem mostrado o MST, nos últimos anos, a progressão do campo para a cidade não é inevitável. Pessoas têm-se deslocado da cidade para o campo, somando-se a milhares de outras, que buscam nos movimentos sociais concretizar a permanência num pedaço de chão para plantar. Esse movimento ganha sentido na fala do acampado Darci José Chaves, como resistência necessária para uma solução possível à falta de trabalho nas cidades.

Nós vamos continuar a nossa luta. O governo e os latifundiários não gostam. Mas é a nossa solução. A necessidade da cidade é tão grande, que manda o antigo camponês pro campo de novo. E eles estão vindo, procuram o campo como resistência.⁹

O retorno ao campo não era visto, durante os anos de 1980, como alternativa viável. Ao contrário, a visão preponderante acerca da questão agrária era a necessidade de modernizar as relações e os processos produtivos no campo, o que inevitavelmente geraria maior êxodo rural. Nesse sentido, as alternativas aventadas eram ampliar a criação de empregos na cidade e deslocar populações rurais para a abertura de novas áreas de fronteira agrícola.

Para parte dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra, objetivando conseguir um pedaço de chão para nele trabalhar, a migração para projetos de colonização oficial tornou-se uma opção, embora, na maioria das vezes não desejada. Ao mesmo tempo, muitos outros entenderam que não era a única condição de reprodução social ou não queriam uma vez mais, como tantas vezes já o tinham feito, migrar.

Durante o ano de 1983, em confronto com a política de colonização, os agricultores sem-terra realizaram as primeiras ocupações coletivas de grandes propriedades rurais no Estado, nas regiões Oeste e Sudoeste, como forma de acesso à terra. Enquanto isso, centenas de famílias com pouca terra ou sem terra rumaram para projetos de colonização no Amazonas, no Acre, em Rondônia e no Mato Grosso do Sul, como mostram, recorrentemente, artigos e reportagens de jornais daquele período, sobre o êxodo do Paraná:

Nos últimos dias, mais de 40 famílias da região de Cascavel foram para as terras amazônicas. Um contingente de mais de 250 pessoas; de Francisco Beltrão, Sudoeste do Estado, seguiram outras 400; nos próximos dias, seguirão mais 150 de Cascavel e outras 500 de Francisco Beltrão, 300 de Enéas Marques e 300 de Pranchita – também do Sudoeste

⁸SVIFTALSKI, Lucindo. *Entrevista*. Cascavel, Sede da CABRI, 21 de dezembro de 2000.

⁹CHAVES, Darci José. *Entrevista*. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 7 de agosto de 2001.

do Paraná. Todo este pessoal está indo para o Projeto Juma, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Estado de Amazonas.¹⁰

No Projeto Juma, ao largo do Rio Juma, a 430 km da cidade de Humaitá, com capacidade para 7.000 famílias, os trabalhadores receberam lotes de 40 a 60 hectares. A titulação definitiva dos lotes seria feita em cinco anos, após efetiva ocupação. O Incra se comprometia a custear o transporte até o local do projeto. Para a acomodação inicial, até serem feitas as casas de madeira, iria fornecer barracas e implantar a infraestrutura básica, como estradas, escolas, ambulatórios, e concederia, durante seis meses, um salário-mínimo para cada família assentada. Sementes não precisariam levar, pois as encontrariam no local. Os colonos empobrecidos, com algumas ferramentas, roupas em sacolas e bolsas, que levavam no pouco espaço que sobrava nos ônibus fretados pelo Incra, e com 10 mil cruzeiros ou com os alimentos fornecidos pelo Incra, partiam para a longa viagem.

Também as colonizadoras particulares e cooperativas, entre as quais a Cooperativa Central Regional Iguazu Ltda. (Cotriguaçu), sediada no município de Cascavel, através de propaganda no rádio, televisão, jornais e projeções de filmes no interior dos municípios, ofereciam vantagens bem maiores do que as que os colonos em geral encontravam, e induziram milhares de famílias a saírem do Paraná em direção aos projetos de colonização. O discurso produzido articulava uma eficácia simbólica através do amálgama de duas representações: uma representação da natureza (“*terras vazias*”, “*terras livres*”, “*terras férteis*”) e uma representação do tipo humano que deveria ocupar essas terras: os “*colonos modelos*”, “*colonos de boa conduta*”, “*os agricultores afeitos ao trabalho*”. As famílias vendiam suas terras, animais de criação, e empreendiam mudança em caminhões rumo ao que consideravam ser “um novo eldorado”. Processava-se, assim, a frente pioneira na Amazônia, dependente da iniciativa do próprio Estado. São marcos, dessa ação, a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central (anos de 1940); a construção da Rodovia Belém-Brasília (anos de 1950) e a política de incentivos fiscais da ditadura militar (a partir dos anos 1970).¹¹

A política de colonização do Incra partia do pressuposto de que os problemas agrários no Paraná estavam relacionados à sua formação histórica e que a sua solução se daria através de mecanismos técnicos. Essa visão do Incra parte de uma interpretação histórica da formação do Paraná, corrente na historiografia

paranaense. Segundo ela, a ocupação e colonização do Paraná teriam ocorrido a partir da conjugação de três frentes pioneiras, que teriam condicionado sua configuração geográfica em três regiões: o Paraná Tradicional, o Norte e o Oeste/Sudoeste.¹²

Desse modo, no Litoral, na região Central e região Sul (Paraná Tradicional), a formação histórica deve-se aos ciclos do ouro, da madeira e do mate. Aí os problemas agrários estariam relacionados ao predomínio de documentos baseados, desde as sesmarias antigas até as primeiras justificações, com o advento da Lei de 1850, em uma imprecisão documental, principalmente no que se refere à questão dos limites contidos nesses documentos. Essa situação teria facilitado *grilos* e imprecisões quanto às terras devolutas. No Norte Paraná (Pioneiro, Novíssimo e Novo), região ocupada especialmente pelas migrações de Minas Gerais e de São Paulo, a partir do ciclo do café, predominava a concessão de áreas a particulares que fizeram a subdivisão das terras a novos migrantes. Já o Sudoeste e o Oeste, a partir dos anos 1940, regiões predominantemente ocupadas por migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, inauguram um novo ciclo agropecuário.

Nas regiões Oeste e Sudoeste os problemas estariam relacionados à delimitação das terras, com imprecisão ou com sobreposição de títulos, ou com pulverização de títulos em razão da posse da terra mal situada em decorrência das discussões entre governo estadual e governo federal e devido à criação da faixa de fronteira. Assim, para o Incra, os problemas agrários no Paraná eram reduzidos ao problema da regularização fundiária. Esta postura contribuiu para que, até o ano de 1982, se tivesse implantado apenas um assentamento no Paraná - o projeto de Pic-Ocoy, criado em 1973, no município de São Miguel do Iguazu. Esse projeto resultou da pressão da Organização das Nações Unidas (ONU) para transferir as famílias que moravam em área do Parque Nacional do Iguazu.¹³ Para o Incra, não haveria, salvo exceções, possibilidade de desapropriações de propriedades por interesse social.

Não há mais praticamente o que ser invadido, porque no Paraná quando muito existem alguns lotes residuais devolutos, e ainda assim ocupados por posseiros, enquanto que as propriedades particulares, em sua absoluta maioria, estão mecanizadas e em produção.¹⁴

Na medida em que não haveria mais terra disponível no Paraná para a criação de assentamentos, o programa de colonização dirigido do Incra, na

¹⁰PEGORARO, *A grande fuga...*, doc. cit.

¹¹Ver MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. p. 181; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Depois da Constituinte, a colonização agrícola, uma solução para a crise agrária brasileira? In: ABRA. *Reforma Agrária*, ano 18, n. 2. Campinas, 1988. p. 36-51.

¹²Cf. MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paranaense*. Curitiba, 1951.

¹³Revista do IPARDES. *Assentamentos rurais*. Curitiba, 1976. p. 27-28.

¹⁴HIROKI, Shigeru. Apud: Folha de Londrina. *INCRA acha que invasões não se multiplicam no PR*. Londrina, 11/8/1983. p. 7.

Amazônia, é apresentado como “a solução adequada, e certamente é a solução possível”. A apresentação é assim feita pelo executor do Projeto Fundiário Pioneiro do Incra no Paraná, Shigeru Hiroki,¹⁵ em sintonia com a perspectiva adotada pelos sucessivos governos militares.

Cabe observar que, embora a regularização fundiária fosse (e ainda é) necessária no Estado e mesmo sendo a quantidade de terras devolutas e terras públicas pequena, a proposta do Incra desconsiderava: (i) a dimensão social do problema agrário surgido em decorrência da mudança nas relações de trabalho e nos processos produtivos na agricultura, com a mecanização e a tecnificação, além da concentração fundiária, e não questionava a intensa grilagem de terras; (ii) a grande quantidade de propriedades ociosas existentes, utilizadas tão somente para a especulação; (iii) as dimensões sociais e culturais dos colonos e o desenraizamento que a transferência provocava.

Ao narrar sua experiência de migração para o projeto de colonização do Incra, no Mato Grosso do Sul, Luiz Chabat, pequeno ex-posseiro da Fazenda Brilhante, no município de Cascavel, hoje assentado no Projeto Vitória, no município de Lindoeste, revela dimensões complexas deste processo.

Disseram que era pra levar motosserra, quando chegamos lá era só campo seco, só se via seriema cantar, não dava nada. [...] Sem colher feijão, milho, fiquei com medo. Aquele areião, nós não tínhamos costume, aqui o que se plantava dava, lá não dava nada.¹⁶

Note-se que o colono do Sul viu-se diante de ciclos climáticos diferentes, não conhecia as culturas mais adequadas para a região na qual foi assentado. Segundo o *Relatório do Encontro sobre Colonizadoras*, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Estudos Migratórios (CEM), em 1984, em São Paulo, com a chegada dos colonos (o maior número vinha dos Estados do Sul), choques culturais com os moradores locais ocorreram que, não raras vezes, resultou em conflitos, especialmente com os indígenas, provocando seu deslocamento e ou morte. Para a CPT, os projetos anunciados pelo governo eram uma forma de esvaziar a luta pela reforma agrária, deslocando os sem-terra de áreas de tensão social; de manter a concentração da terra; de eliminar a pequena agricultura no Sul; de abrir caminho para os grandes projetos agropecuários e “criar viveiros de mão-de-obra para futuros projetos agroindustriais de exportação.”¹⁷

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), movimentos criados no início os anos de 1980, anteriores à formação do MST (1984), contrapuseram-se à afirmação de que não haveria propriedades ociosas no Paraná e manifestaram-se contrários à ida de colonos para projetos de colonização no Norte e Centro-Oeste do país, reafirmando a reivindicação, ao governador José Richa, de assentamento das famílias no próprio Estado.¹⁸ A reforma agrária fazia parte do programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do governador, e foi uma das propostas que este defendeu em campanha em 1982. Durante seu governo, a Secretaria da Agricultura pressionava o Incra, para que desapropriações de propriedades e a criação de assentamentos ocorressem. Os técnicos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), uma vez executados os trabalhos de vistoria nas áreas, elaboravam os processos de desapropriação, que eram encaminhados a Brasília. Este trabalho resultou em 80 (oitenta) processos de desapropriação formalizados.¹⁹

No que se refere à transferência de agricultores para projetos de colonização, o secretário, Claus Germer, em 1983, visitou o Projeto Dirigido “Pedro Aleixo”, próximo a Rio Branco, no Acre, e constatou “uma ausência quase total de infra-estrutura social e econômica para a sobrevivência em condições mínimas e à produção economicamente necessária.” A assistência técnica era falha. Os colonos ficavam sujeitos à malária e não tinham assistência médica. As escolas eram precárias. Faltavam meios de transporte à colheita, faltava estrutura de armazenagem da produção e faltava distribuição de insumos. Os colonos não conheciam o clima e o solo do local. “Não creio que seja possível estimular a ida de colonos do Paraná para a Amazônia, enquanto os projetos de assentamento apresentem tantas dificuldades, insuficiências e sofrimentos”, conclui Germer.²⁰

O Estado não é monolítico, porém. Suas estratégias e ações não são homogêneas. Os interesses das frações de classes presentes no bloco do poder, de certa forma, são resguardados através da manutenção de uma autonomia relativa que assumem os interesses desses grupos. Há momentos em que interesses diversos produzem conflitos. A posição política da Secretaria da Agricultura com a reforma agrária confrontou-se com a posição conservadora das outras secretarias de Estado, como a da Administração e a da Justiça. As pressões da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) sobre essas secretarias tornou insustentável a permanência no

¹⁵Id., *ibid.*

¹⁶CHABAT, Luiz. *Entrevista*. Lindoeste, 8 de março de 1999.

¹⁷CPT/RS. *Declaração sobre a colonização*. Porto Alegre, 7 de junho de 1983; CPT/CEM. *Relatório do encontro sobre colonizadoras*. São Paulo, 16 a 19 de janeiro de 1984.

¹⁸Folha de Londrina. *Agricultores sem terra pedem apoio ao governador*. Londrina, 19/7/1983. p. 4.

¹⁹Revista do IPARDES. *Op. cit.*, p. 43-57.

²⁰Jornal Folha de Londrina. *Germer contra ida de colonos para a Amazônia*. Londrina, 1983. p. 8.

governo do secretário da Agricultura, culminando com o pedido de demissão do secretário em agosto de 1986.²¹

É importante destacar que a posição assumida, até então, pela Secretaria da Agricultura, alinhou-se com a do MST. No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, em Curitiba, com a participação de 1.500 trabalhadores, foi aprovada a exigência do “*fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativas*”, além de “*assistência adequada, em todos os níveis, nos projetos de colonização já existentes.*”²² Com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), a criação de assentamentos foi priorizada pelo Incra. Os projetos de colonização oficiais passaram a ser considerados como ação complementar na ocupação de terras públicas federais e estaduais.²³ Isto marcou uma mudança significativa em relação às formas recorrentes da ação do Estado durante o regime militar, em relação à questão fundiária.

Os camponeses (e suas alternativas para o desenvolvimento econômico do campo) continuaram sendo excluídos pelos governos militares do processo de discussão e de decisão política. Diante da expansão das lutas sociais, a colonização é adotada para minimizar as tensões sociais estruturais da agricultura brasileira, para preservar a ocupação de terras devolutas e para contribuir com a “modernização conservadora” em áreas nas quais havia grande demanda por terra. Com o deslocamento de populações das áreas de conflito para as chamadas fronteiras agrícolas, também se estava resolvendo o problema da falta de mão de obra nas áreas dos grandes grupos econômicos.²⁴ Assim, não raras vezes, o colono abriu caminho para grandes empresas mineradoras e fazendeiros.

Desse modo, com a ínfima aplicação do Estatuto da Terra (Lei Federal 4.504, de 1964), a concentração fundiária e, na mesma medida, os conflitos agrários continuaram aumentando, quer nas áreas de fronteira agrícola, quer nos Estados de onde saíram os maiores contingentes. Essa conjuntura de insurgências e de luta coletiva organizada tornou-se mais abrangente com a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 10 de outubro de 1985, muito aquém das expectativas dos trabalhadores sem terra.

2. Resistir para não Migrar!

Esta esperança acabou. O plano não nos vai ajudar porque atende aos interesses dos latifundiários e não os interesses dos sem terra. Outra esperança era o PLANO DE EMERGÊNCIA para os acampados. Este também acabou com a assinatura do PNRA.²⁵

Acima está a afirmação dos sem-terra, em carta às autoridades e à população, em 5 de novembro de 1985, pouco mais de três semanas após o decreto presidencial do PNRA. Para eles, o lado em que se posicionavam o governo federal e o estadual era o dos interesses privados dos latifundiários. Uma comissão dos sem terra, das 40 famílias acampadas no Centro Cívico, em Curitiba, em frente à Assembléia Legislativa e do Palácio Iguazu, se pronunciou por meio da carta como representante dos sem terra do Paraná. Cansados das promessas do governo, reivindicavam a desapropriação de terras e o assentamento imediato dos 3.100 trabalhadores, em 13 acampamentos no Paraná.

O assentamento deveria ocorrer, preferencialmente, nas regiões de origem dos camponeses. Também exigiam alimentação e atendimento à saúde e a participação do MST no levantamento de áreas, na desapropriação e no assentamento. O Plano Nacional de Reforma Agrária previa a participação de representantes dos trabalhadores rurais em todas as fases de execução dos projetos de assentamento. Os acampados exigiam uma posição por escrito do governador José Richa ante as reivindicações e, se a resposta não fosse emitida em cinco dias ou se negativa, tomariam suas próprias medidas. Finalizavam, afirmando sua identidade e seus objetivos de luta:

Somos sem terra do Paraná organizados. Sabemos quem somos. Sabemos o que queremos e sabemos onde queremos chegar. Esperar pelos governantes, que não querem resolver os nossos problemas, ou pela boa vontade dos latifundiários, não é mais possível.²⁶

Os verbos no plural “Somos”, “Sabemos”, “queremos” evidenciam uma identidade política coletiva. As expressões “Sabemos quem somos.”, “... o que queremos” denotam consciência dessa condição coletiva e dos seus objetivos. Ao mesmo tempo, deslocam a expectativa e o fazer-se da política da esfera do Estado para as práticas dos trabalhadores organizados em um movimento social, atribuindo-lhe novo significado: a política que, na esfera do Estado, historicamente favoreceu aos interesses privados dos latifundiários, na luta coletiva abre a possibilidade de fazer prevalecer a atuação dos poderes da esfera pública do Estado a favor dos trabalhadores.

Leopoldo Ribeiro rememora o vivido naquele acampamento, em frente ao Palácio Iguazu, e a ocupação da Fazenda Vitória, no município de

²¹Cf. Revista do IPARDES. Op. cit., p. 34.

²²MST. Documento Final do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba, 29-31 de Janeiro de 1985.

²³PNRA. I Plano Nacional de Reforma Agrária. Anexo ao Decreto n. 911.766, de 10/10/1985. p. 803. In: *Coletânea de legislação e jurisprudência*. São Paulo: Lex, out./nov. 1985. p. 793-833.

²⁴OLIVEIRA, Arivaldo U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo: Papius, 1995.

²⁵MST. Comissão dos acampados. Carta..., doc. cit.

²⁶Id., *ibid.*

Lindoeste, Oeste do Paraná, como as duas experiências que mais o marcaram na sua trajetória de luta. Do acampamento rememora:

... chegando no palácio, a três quilômetros a gente já tinha uma visão de muita polícia. A polícia militar estava lá em peso, porque nós já estávamos há vários dias na caminhada. Eles já estavam sabendo que íamos acampar em frente ao palácio. Quando nós chegamos fomos apreendidos, mas demos a volta por cima e conseguimos acampar em frente ao palácio. Em frente ao palácio nós driblamos a polícia, ela não conseguiu nos segurar. O Arcebispo de Curitiba foi nos receber pra rezar uma missa. Quando estava rezando a missa nós dois companheiros fomos pegar o rolo de lona na Kombi pick-up. A polícia percebeu que nós íamos armar os barracos. Daí eles avançaram e pegaram numa ponta da lona e nós na outra, e puxa daqui e puxa dali. Foi um momento de muita emoção, a gente vendo aquela multidão de polícia com arma pesada. Parecia que nós sem terra era um bando de bandidos. Era mulher, homem, criança, todos gritando "vamos pegar e vamos lá", e conseguimos tomar o rolo de lona da polícia e dentro de vinte minutos os barracos estavam montados.²⁷

Os dias que se seguiram foram tensos, mas também de solidariedade. No dia 6 de novembro, os acampados receberam a visita de mais de 200 pessoas de comunidades, de igrejas, de partidos políticos, de sindicatos. Também, cerca de 2.500 professores da rede pública do Estado, em passeata por melhores salários, ao chegarem em frente ao Palácio Iguazu, solidarizaram-se com as famílias sem-terra. No mesmo dia, os representantes dos acampados foram falar com o presidente da Assembléia Legislativa, o deputado do PMDB, Nilso Sguarezzi, que havia proibido os sem-terra de erguerem barracos para protegerem mulheres e crianças do vento, do frio e da chuva.

Resolveram, então, se reunir com o governador interino, João Elísio Ferraz de Campos. Fizeram-se presentes o bispo D. Ladislau, de Curitiba, o bispo D. Olívio Fasa, de Foz do Iguazu (presidente da CPT no Paraná), e quatro representantes do legislativo estadual.²⁸ Com a promessa de que o governador daria uma resposta até o dia 10 de dezembro, os sem-terra retiraram-se e montaram acampamento na Praça Rui Barbosa. A resposta não veio por escrito, e as negociações continuaram. Alimentos, embora não suficientes, começaram a ser distribuídos aos acampados. O acampamento permaneceu durante sete meses. Somente a partir de junho de 1986, novas terras começariam a ser desapropriadas. No biênio 1985-1986, apenas 904 famílias foram assentadas. A meta de assentamentos fixada pelo PRRA/PR, para o período, era

de 8.300 famílias.

À incipiente ação prática na implantação de assentamentos rurais e aos poucos recursos liberados para a sua viabilização, o governo conjugou o esforço de criar uma imagem pública de atuação na execução da reforma agrária e, ao mesmo tempo, procurou dismantlar o MST no Paraná.²⁹ Nessas circunstâncias, no intuito de exigir o cumprimento do compromisso assumido pelo governo do Estado, junto com o Incra e o Mirad, de assentar 4.500 famílias até o final de 1986, em julho daquele ano, 300 trabalhadores acamparam em frente ao Palácio Iguazu. Depois de um mês, os sem-terra também ocuparam a sede do Incra e do ITCF, onde permaneceram por duas semanas.

Nesse terreno movediço, da luta pela terra e pela reforma agrária, nos anos subsequentes, novos acampamentos foram organizados em frente ao palácio do governo estadual pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A luta é pela terra, mas se faz, sobretudo, na cidade. Sem pretender esgotar os desdobramentos desse processo, o enredo do episódio acima relatado indica três evidências.

A primeira, que dificilmente o I PRRA seria executado. Havia uma séria desconfiança dos sem-terra em relação à política oficial, à esfera formal e institucional, como caminho para a reforma agrária. Os camponeses chegaram a ver no Incra "um Instituto Nacional contra Reforma Agrária". A derrota na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária reforçou a compreensão de que as mudanças, tanto políticas quanto econômicas, não caminhavam a seu favor. Continuava em curso, naquele momento, uma opção conservadora no trato da questão agrária, que resultou no retrocesso da reforma agrária na Constituição de 1988. O direito agrário, mais uma vez, não permitiria o enfrentamento direto da questão e sua superação.

Diante desse quadro, os sem-terra em movimento perceberam que, para o acesso à terra, necessário seria redescobrir a política no social por outros meios e por outras estratégias (o social como *locus* da luta política). O caminho não seria outro senão o da resistência organizada, através de acampamentos e de ocupações de latifúndios improdutivos. Além disso, era preciso criar uma nova dimensão da luta pela terra e pela reforma agrária, consubstanciando-a no deslocamento da luta para a urbe.

Mulheres e crianças passaram a participar ativamente nos acampamentos, fortalecendo as reivindicações. Sua presença no acampamento em Curitiba sensibilizou a opinião pública. Em julho de 1986, mês de intenso frio, o secretário da Reforma Agrária, Walter Pécoits, tentando minimizar a repercussão pública, enviou um ofício aos acampados

²⁷RIBEIRO, Leopoldo. *Entrevista*. Lindoeste, 20 de março de 1999.

²⁸CPT. *Boletim Poeira*, ano VII, n° 41. Curitiba, 15 de novembro de 1985.

²⁹CF FERREIRA, Angela Damasceno (et alii). A luta pela terra no Paraná recente. In: PAZ, Francisco. *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991. p. 119-140.

oferecendo a garagem da Prefeitura de Curitiba para abrigar as 66 crianças do acampamento. Prontificava-se a adaptá-la para este fim. No dia seguinte, 25 de julho, recebeu uma resposta assinada pelas mães.

*Somos mães agricultoras que só sabemos cuidar de nossos filhos e trabalhar na terra. Mas temos consciência de uma luta de igualdade, por este motivo e muitos outros, não aceitamos sua proposta. Por quê? Porque estamos aqui para que o Governo Federal e Estadual libere o mais rápido possível as desapropriações de terras improdutivas. Quanto às 66 crianças que estão aqui, estão muito mais seguras lutando junto conosco, pois são nossos filhos. E mais de 5.000 crianças que estão nos acampamentos no Estado do Paraná, que não têm alimento, estão passando fome, o que resolve mesmo é um pedaço de terra para tirar o sustento para os nossos filhos. Portanto, antes de ficar quebrando galho na proteção de nossas crianças, o senhor deveria assentar o mais rápido possível todas as famílias sem terra que existem no Paraná.*³⁰ (Grifos meus).

A riqueza deste manifesto das mães explicita a segunda evidência, já mencionada anteriormente. Os trabalhadores afirmam uma identidade política comum e se reconhecem nela. Mulheres se manifestaram. Sua presença, voz e participação é indício de que a luta pela permanência na terra nunca foi exclusivamente dos homens. Em muitos casos, foram as mulheres que tomaram a decisão, mesmo que aparentemente aparecessem como se não fossem decisões suas. As expressões “Somos mães agricultoras...”, “sabemos cuidar de nossos filhos e trabalhar na terra” explicitam uma identidade coletiva (os sem-terra) e um elemento comum à cultura camponesa.

Em tempos, espaços e modos sociais diversos, o termo “mãe” é associado, quase como sinônimo de vida. A nova vida se faz na e pela mãe. A terra também é vista como fonte da vida: provedora das condições materiais e sociais da vida pelos que, na ralação com a terra, se tecem sujeitos no e pelo trabalho ou na reivindicação dela para recriar seu modo de vida, e, ou ainda, como na solidariedade, como prática política de insurgência para a afirmação da essência de humanização: continuar lutando para que muitos outros sem-terra possam conquistar um chão para produzir.

Neste contexto, entre outras concepções da terra, evidencia-se a noção da terra como substrato da matriz europeia pelo colono e, de outro lado, a matriz indígena e fazendeira pelo caboclo. Como asseveram Ivaldo Gehlen e José Melo, para o colono e o caboclo, a terra configura “um espaço/lugar de trabalho, necessário para a produção e reprodução familiar e da vida (em sentido amplo: biológico, social, religioso, político). A terra, sendo a parte central do patrimônio familiar, é

condição de afirmação da identidade e de realização da cidadania.” O caboclo se orienta basicamente pela lógica da subsistência familiar. Ele concebe a terra como fonte geradora da vida, inspirado na cosmologia indígena. “A sua possessão é sempre ‘provisória’, dependendo das necessidades imediatas e é patrimônio da família.”³¹ Ela constitui-se como lugar de trabalho, e, na mesma medida de lazer, de redes de vizinhança e de parentesco.

Nessa direção, os sem-terra, desde as primeiras conquistas de assentamentos, procuram recriar as dimensões centrais de seus modos de vida: a posse da terra, o trabalho familiar e a autonomia de decisão sobre o que e como se organizar e produzir na terra. Ainda hoje, depois de quase três décadas do surgimento do MST, embora exista uma identidade unificadora coletiva de luta pela terra, que se tece no e como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que move a luta dos acampados (trabalhadores rurais sem terra e trabalhadores urbanos, com trajetórias anteriores de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), é a conquista de um lote, cuja posse e organização do trabalho almejam ser privada – individual/familiar. Essa opção se confronta com a proposta de coletivização da terra e do trabalho proposta pelo MST.

As insurgências de resistência à proposta de coletivização da terra e do trabalho se engendraram na maioria dos assentamentos do MST. Passadas duas décadas e meia do surgimento do MST, constata-se que o modelo de coletivização da terra e do trabalho é externo à cultura das categorias sociais que formam a base do Movimento Sem Terra. Os limites da coletivização evidenciam-se, principalmente, na contradição não resolvida entre empreendimento empresarial cooperativista e movimento social de transformação social e política da sociedade brasileira a partir da luta pela reforma agrária. Trata-se de uma questão aberta, a ser compreendida pelos *sem terra* na interação com os dirigentes do MST, no *fazer-se* da luta pela terra e pela reforma agrária.

3. À Guisa de Conclusão

As dimensões relacionadas aos processos de migração no espaço rural, analisadas neste texto, explicitam sujeitos individuais e a formação de sujeitos coletivos em movimento na luta pela terra e pela reforma agrária. A migração constituiu uma estratégia social para trabalhadores envolvidos nos projetos de colonização criados pelo Estado. Trabalhadores rurais também recorrem à migração, retornando de projetos de colonização, onde viviam em situação de extrema precariedade. Ao se verem nesta situação de expropriação, articulam a luta coletiva pela terra.

³⁰MST. Ofício ao Secretário da Reforma Agrária, Walter Pécoits. Curitiba, 25/7/1986.

³¹GEHLEN, Ivaldo & MÉLO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil. São Paulo em Perspectiva, n. 2, v. 11. São Paulo: SEADE, 1997. p. 102.

A migração, bem como a luta organizada em movimentos sociais de trabalhadores sem terra, evidencia muito mais que o objetivo da conquista da terra. Trata-se de uma estratégia para a reprodução das unidades familiares e dos modos de vida destes camponeses. Ela oferece a possibilidade de reconstruir a relação conhecida com a terra para produzir as condições materiais da existência. Utiliza como fundamento o trabalho familiar e a autonomia de decidir sobre o que e como produzir, além de recriar reciprocidade horizontais, como a relação de vizinhança, as relações comunitárias e a ajuda mútua, como a troca de dias..

Ao mesmo tempo, as experiências de deslocamento e o cotidiano vivido na precariedade em projetos de colonização explicitam a constituição de sujeitos. Assim, engendra-se a resistência à migração e a formação de identidades políticas, entre as quais a tecida a partir de um movimento social, o MST. As estratégias coletivas de luta pela terra e pela reforma agrária evidenciam as representações sociais da terra, que, articuladas aos modos de vida dos camponeses, desvelam práticas políticas.

Artigo recebido em: 20/07/2009

Aprovado em: 25/08/2009